

Nº 2.340 - CONCEDER, com fundamento no artigo 1º, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar nº 51/1985, com redação dada pela Lei Complementar nº 144/2014, aposentadoria voluntária integral a RICARDO SALA DE OLIVEIRA, matrícula SIAPE nº 1068548, ocupante do cargo de Policial Rodoviário Federal, do Quadro Permanente de Pessoal deste Departamento, lotado na SRPRF/SP, considerando o disposto no Processo nº 08.658.036.312/2018-76.

Nº 2.341 - Conceder aposentadoria por invalidez, decorrente de doença especificada em lei, a LUIZ ANTONIO MENDES MEIRA, matrícula SIAPE nº 1072910, ocupante do cargo de Policial Rodoviário Federal, classe "S", padrão "III", do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, lotado na Superintendência Regional na Bahia, com base no artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, combinado com o artigo 186, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, com proventos calculados de acordo com o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, tendo em vista o disposto no Processo nº 08655.021075/2018-79.

CLÁUDIO ARAÚJO FREITAS

## Conselho Nacional do Ministério Público

### CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

#### PORTARIA Nº 123, DE 2 DE MAIO DE 2018

A CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 130-A, § 3º, da Constituição da República e nos arts. 18, incisos I, II, VII e XIV, 67 e 68 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público,

Considerando que a Constituição Federal, notadamente em seu art. 37, caput, consagrou a eficiência como um dos princípios basilares da Administração Pública;

Considerando que, dentre outras atribuições, incumbe à Corregedoria Nacional, a teor do art. 130-A, § 3º, Constituição da República e do art. 18, incisos I, II, VII e XIV, Resolução nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público), realizar de ofício sindicâncias, correções e inspeções, receber reclamações, representações e denúncias de qualquer interessado, relativas à atuação de membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

Considerando que a Corregedoria Nacional, nos termos do art. 67, caput e § 2º do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, poderá realizar correções, inspeções e auditorias para verificar a regularidade dos serviços do Ministério Público, em todas as áreas de sua atuação, bem como em seus serviços auxiliares, havendo ou não evidências de irregularidades;

Considerando que a Constituição Federal conferiu expressamente ao Corregedor Nacional do Ministério Público (art. 130-A, § 3º, inciso III, Constituição Federal) o dever-poder de

requisição e de designação de membros do Ministério Público, assim como o dever-poder de requisição e designação de servidores do Ministério Público;

Considerando que o art. 130-A, § 3º, inciso III, Constituição Federal, é norma constitucional expressa, com aplicabilidade imediata, que dispensa regulamentação e que foi instituída para garantir à Corregedoria Nacional do Ministério Público o exercício eficiente, isento e pleno das funções que lhes foram atribuídas constitucionalmente;

Considerando que a Corregedoria Nacional do Ministério Público constitui garantia fundamental de efetividade do Ministério Público, como uma instituição constitucional fundamental de acesso à justiça;

Considerando que, além de detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, tomando as providências necessárias para o equacionamento das distorções constatadas, a Corregedoria Nacional tem como objetivo orientar e buscar o aprimoramento nas atividades do Ministério Público, conhecendo projetos inovadores que possam ser futuramente aplicados em outras Unidades Ministeriais, sendo imprescindível a verificação in loco do funcionamento dos serviços que estão sendo prestados nos Estados;

Considerando que a correição extraordinária temática no Estado de Sergipe abrangerá em torno de onze unidades do Ministério Público Estadual, sete unidades do Ministério Público Federal e sete unidades do Ministério Público do Trabalho, localizadas nas cidades de Aracaju, Estância, Itabaiana, Itaporanga D'Ajuda, Lagarto, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Propriá, São Cristóvão, todas com atribuição na área de educação, e outras que se fizerem necessárias para o desenvolvimento do trabalho;

Considerando que é necessário o período de 03 (três) dias para a realização das atividades correicionais em decorrência de vinte e cinco Órgãos Ministeriais programados para serem correicionados, assim como o tempo necessário de deslocamento das equipes para as cidades do interior;

Considerando que a Corregedoria Nacional necessitará requisitar e designar membros dos diversos ramos do Ministério Público brasileiro, para realizar a correição em torno de vinte e cinco órgãos do Ministério Público Federal, do Trabalho e Estadual no Estado de Sergipe, localizados na capital e interior, resolve:

1. Instaurar Correição Extraordinária Temática nas unidades do Ministério Público no Estado de Sergipe, cujos trabalhos serão realizados no período de 21 a 23 de maio de 2018, com o fim de analisar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais prestados no âmbito da educação.

2. Designar, no período de 21 a 23 de maio de 2018, Rinaldo Reis Lima, Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional do Ministério Público, Cesar Henrique Kluge, Coordenador de Correição e Inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério Público, Raymundo Napoleão Ximenes Neto, Chefe de Gabinete da Corregedoria Nacional do Ministério Público, e Rafael Schwez Kurkowski, Coordenador de Atividade Disciplinar da Corregedoria Nacional do Ministério Público, para coordenarem os trabalhos correicionais.

3. Designar, no período de 21 a 23 de maio de 2018, os membros auxiliares da Corregedoria Nacional do Ministério Público, Fabiano Mendes Rocha e Clístenes Bezerra de Holanda, para integrarem a equipe de trabalho, delegando-lhes poderes para a realização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços

4. Requisitar, no período de 21 a 23 de maio de 2018, com dedicação exclusiva: Dmitri Nobrega Amorim, Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado da Paraíba, e Marcelo Lima de Oliveira, Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado da Rondônia, delegando-lhes poderes para a realização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

5. Designar, no período de 21 a 23 de maio de 2018, os servidores da Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público Eduardo Futeima Ushikoshi, e Adriana Sicupira Peregrino Braga, para integrarem a equipe de trabalho, delegando-lhes poderes para a realização da correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

6. Determinar que sejam oficiados à Senhora Procuradora-Geral da República e aos Senhores Corregedor-Geral do Ministério Público Federal e Procurador-Chefe do Ministério Público Federal no Estado de Sergipe, informando-os da correição e convidando-os para acompanhar os trabalhos.

7. Determinar que sejam oficiados aos Senhores Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho e Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho no Estado de Sergipe, informando-os da correição e convidando-os para acompanhar os trabalhos.

8. Determinar que sejam oficiados aos Senhores Procurador-Geral de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe, informando-os da correição e convidando-os para acompanhar os trabalhos.

9. Determinar que seja oficiada à Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe, solicitando que informe a realização da correição aos órgãos jurisdicionais, assim como pugne o consequente acesso da equipe de correição da Corregedoria Nacional do Ministério Público aos procedimentos e processos judiciais em trâmite nas Varas, se necessário.

10. Determinar que sejam comunicados aos Senhores Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, informando-os da correição e convidando-os para acompanhar os trabalhos.

11. Determinar que seja oficiado ao Senhor Presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, informando-o da correição.

12. Determinar que seja oficiado ao Senhor Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, informando-o da correição.

13. Determinar que seja comunicada à Secretaria-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público, informando-a da correição.

14. Comunicar a realização da Correição às seguintes autoridades do Estado de Sergipe: Senadores que representam o Estado, Deputados Federais que representam o Estado, Governador do Estado de Sergipe, Deputados Estaduais, Secretário Estadual de Educação de Sergipe, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e Desembargadores integrantes da Corte, membros do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Prefeito do Município de Aracaju/SE, Vereadores do Município de Aracaju/SE, Secretário Municipal de Educação de Aracaju/SE, Conselheiros Municipais de Educação de Aracaju/SE e Dirigentes Municipais de Educação no Estado de Sergipe.

15. Determinar a atuação desta Portaria e respectivas cópias como três Procedimentos de Correição Geral, conforme ramos do Ministério Público correicionados (Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho), providenciando a sua publicação no Diário Eletrônico e no site do Conselho Nacional do Ministério Público.

ORLANDO ROCHADEL MOREIRA

## Ministério Público da União

### ATOS DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA

#### PORTARIA Nº 33, DE 23 DE ABRIL DE 2018

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 127 - § 2º da Constituição Federal combinado com o art. 26 - inciso IX da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito, por perda do prazo para a posse, a nomeação dos candidatos constantes do anexo I, habilitados no 31º concurso público de provas e títulos, nomeados pela Portaria PGR/MPU nº 115, de 10 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2017, para exercerem, em caráter efetivo, o cargo de Promotor de Justiça Adjunto, da Carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 2º Tornar sem efeito, por renúncia à nomeação correspondente à sua classificação, devendo o renunciante ser deslocado para o último lugar na lista dos classificados, nos termos do art. 194 - § 2º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, a nomeação dos candidatos constantes do anexo II, habilitados no 31º concurso público de provas e títulos, nomeados pela Portaria PGR/MPU nº 115, de 10 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2017, para exercerem, em caráter efetivo, o cargo de Promotor de Justiça Adjunto, da Carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Anexo I

CLASS.	NOME	VAGA
20º	CRISTIANO DO CARMO HARASYMOWICZ DE ALMEIDA TAGUATINGA	Decorrente da promoção do Promotor de Justiça Adjunto, Márcio Vieira de Freitas, ao cargo de Promotor de Justiça, publicada no Diário Oficial da União nº 171, de 5 de setembro de 2014, Seção 2, pág. 33.
21º	EDSON JOSÉ DE ARAÚJO JÚNIOR	Decorrente da promoção do Promotor de Justiça Adjunto, Davis Barbosa da Paixão, ao cargo de Promotor de Justiça, publicada no Diário Oficial da União nº 172, de 8 de setembro de 2014, Seção 2, pág. 59.
27º	MARCONI HUDSON MEIRA BEZERRA	Decorrente da promoção do Promotor de Justiça Adjunto, João Antônio Sá Lima, ao cargo de Promotor de Justiça, publicada no Diário Oficial da União nº 207, de 27 de outubro de 2014, Seção 2, pág. 51.



## Anexo II

CLASS.	NOME	VAGA
6º	RODRIGO VASLIN DINIZ	Decorrente da promoção do Promotor de Justiça Adjunto, Marcelo Santos Teixeira, ao cargo de Promotor de Justiça, publicada no Diário Oficial da União nº 240, de 16 de dezembro de 2015, Seção 2, pág. 52.
19º	LEONARDO AQUINO MOREIRA GUIMARÃES	Decorrente da promoção da Promotora de Justiça Adjunta, Amanda Tuma, ao cargo de Promotora de Justiça, publicada no Diário Oficial da União nº 115, de 18 de junho de 2014, Seção 2, pág. 36.

**PORTARIA Nº 243, DE 23 DE ABRIL DE 2018**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 49 - inciso XX da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o contido no Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.004901/2018-52, resolve:

Art. 1º Desonerar, pelo prazo inicial de 6 (seis) meses, durante 15 (quinze) dias por mês, o Procurador da República ANDRÉ ESTIMA DE SOUZA LEITE, lotado na PRM-Salgueiro/Ouricuri/PE, para atuar como auxiliar na condução dos feitos referentes às operações que tramitam no 1º Ofício de Combate à Corrupção, na Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.

Art. 2º Esta Portaria produz efeitos a partir de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**PORTARIA Nº 382, DE 2 DE MAIO DE 2018**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 49, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o disposto no art. 2º, inciso I, da Portaria PGR nº 825, de 14 de novembro de 2013, e tendo em vista o contido no Memo nº 60/2018-HJ/PGE, de 30 de abril de 2018, da Procuradoria-Geral Eleitoral, resolve:

Art. 1º Prorrogar, a pedido, por 30 (trinta) dias, a designação efetivada pela Portaria PGR/MPF nº 68, de 31 de janeiro de 2018, publicada no D.O.U., Seção 2, págs. 63/64, de 2 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria produz efeitos a partir da data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL****SECRETARIA-GERAL****PORTARIA Nº 272, DE 30 DE ABRIL DE 2018**

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º - inciso XXXII do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa MPF/PGR nº 1.00.000.003140/2018-11 resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor MANOEL MESSIAS DE SOUSA, matrícula nº 6864, Analista do MPU/Direito, Código AN030101, Classe C, Padrão 13, da Carreira de Analista do Ministério Público da União, com fundamento no artigo 3º - incisos I - II - III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, combinado com o artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, em consonância com o artigo 186 - inciso III - alínea a da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, aplicando-se a vantagem do artigo 62-A, da mesma Lei, acrescido pelo art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04/09/2001, publicada no DOU de 05/09/2001.

Art. 2º Declarar vago o referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS

**PORTARIA Nº 273, DE 30 DE ABRIL DE 2018**

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º - inciso XXXII do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa PGEA nº 1.00.000.005413/2018-62 resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora ADALGISA ABDON GONÇALVES, matrícula nº 5735, Técnico do MPU/Administração, Código TC020101, Classe C, Padrão 13, da Carreira de Técnico do Ministério Público da União, com fundamento no artigo 3º - incisos I - II - III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, combinado com o artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, em consonância com o artigo 186 - inciso III - alínea a da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

Art. 2º Declarar vago o referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS****PORTARIA Nº 700, DE 25 DE ABRIL DE 2018**

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 1º da Portaria PGR/MPF nº 497, de 3 de junho de 2015, alterada pela Portaria PGR/MPF nº 1365, de 29 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 35 - inciso I e 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Apostilar a designação de HERBERT SILVA DE ARAUJO, Requisitado do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, matrícula nº 7015, da função de confiança de Secretário Nível I, FC-1, do Gabinete da Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional do Ministério Público Federal, feita originalmente pela Portaria SG/MPF nº 603, de 1º de outubro de 1992, publicada no DOU de 02 de outubro de 1996, para considerar a designação para exercer a função de confiança de Secretário Nível I, FC-1, do Gabinete da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério Público Federal.

ELOA TODARELLI JUNQUEIRA

**PORTARIA Nº 701, DE 25 DE ABRIL DE 2018**

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 1º da Portaria PGR/MPF nº 497, de 3 de junho de 2015, alterada pela Portaria PGR/MPF nº 1365, de 29 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 9º - inciso II e 35 - inciso I da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

1. Dispensar FABIO FREIRE LAPORTE, ocupante do cargo de Analista do MPU/Saúde/Psicologia, matrícula nº 23422, da função de confiança de Chefe do Núcleo de Acompanhamento Funcional, FC-3, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério Público Federal.

2. Nomear FABIO FREIRE LAPORTE, ocupante do cargo de Analista do MPU/Saúde/Psicologia, matrícula nº 23422, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Acompanhamento Funcional, CC-2, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério Público Federal.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

**PORTARIA Nº 734, DE 30 DE ABRIL DE 2018**

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 1º da Portaria PGR/MPF nº 497, de 3 de junho de 2015, alterada pela Portaria PGR/MPF nº 1365, de 29 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 9º - inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PRR2-00011772/2018, resolve:

Nomear JULIANA MARIA TURETA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 18253, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, da Unidade de Apoio Descentralizado, da Secretaria Geral do Ministério Público Federal, com exercício na Procuradoria Regional da República da 2ª Região, em vaga decorrente do apostilamento de Severino do Ramos Martiniano, matrícula nº 28161, ocorrido em 3 de abril de 2018, publicado no DOU de 4 de abril de 2018.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

**PORTARIA Nº 736, DE 30 DE ABRIL DE 2018**

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 1º da Portaria PGR/MPF nº 497, de 3 de junho de 2015, alterada pela Portaria PGR/MPF nº 1365, de 29 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00216581/2018, resolve:

Designar LAUSIMAR SALU ARAUJO DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 22805, para exercer a função de confiança de Assistente Nível II, FC-2, da Divisão de Férias e Frequência, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério Público Federal, em vaga decorrente da dispensa de Patricia Raquel Castilho Lisboa, matrícula nº 23125, ocorrida em 25 de abril de 2018, publicada no DOU de 26 de abril de 2018.

ELOÁ TODARELLI JUNQUEIRA

**PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO****PORTARIA Nº 98, DE 30 DE ABRIL DE 2018**

O PROCURADOR-CHEFE REGIONAL SUBSTITUTO DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria PGR nº 1.036, de 27 de setembro de 2017, e pelo inc. VI do art. 33 do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 382, de 05 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11/12/90, e na Portaria PGR/MPU nº 287, de 12 de junho de 2007, resolve:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria PRR1 nº 96, de 27 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 82, Seção 2, de 30/04/2018, página nº 80.

Art. 2º. Exonerar a servidora THEREZA CATHARINA AFONSO FERREIRA MADEIRA, matrícula MPF nº 14.686, ocupante do cargo efetivo de Analista do MPU/Direito, do cargo em comissão de Assessor, Nível IV, CC-4, do Gabinete de Procurador Regional da República, Dr Bruno Freire de Carvalho Calabrach - GABPRR5, a partir de 02/05/2018.

Art. 3º. Nomear a servidora THEREZA CATHARINA AFONSO FERREIRA MADEIRA, matrícula MPF nº 14.686, ocupante do cargo efetivo de Analista do MPU/Direito, para o cargo em comissão de Assessor, Nível IV, CC-4, do Gabinete de Procurador Regional da República, Dr Carlos Alberto Bermond Natal - GABPRR19, a partir de 02/05/2018.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR ANTONIO DRUMOND

**PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO****PORTARIA Nº 111, DE 6 DE ABRIL DE 2018**

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos poderes que lhe são conferidos pelo artigo 50, II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, pelo artigo 55, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal (Portaria PGR nº 357 de 5 de maio de 2015) e pela Portaria PGR nº 1.036, de 27 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º. Dispensar a servidora VIVIAN MENDONÇA DE BARROS, Técnico do MPU/Administração, matrícula 21548-1, a contar do dia 02/04/2018, da função de confiança de Secretário Nível - II, FC-2, do gabinete do Procurador Regional da República, Doutor Magnus Augustus Cavalcanti de Albuquerque, da Procuradoria Regional da República da 2ª Região.

Art. 2º. Designar a servidora LETÍCIA AMARAL DE PINHO, Técnico do MPU/Administração, matrícula 2770-7, para a função de confiança de Secretário Nível - II, FC-2, do gabinete do Procurador Regional da República, Doutor Magnus Augustus Cavalcanti de Albuquerque, da Procuradoria Regional da República da 2ª Região.

MARCIA MORGADO MIRANDA

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA****COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO****RETIFICAÇÃO**

Na Portaria PR/BA nº 189, de 27 de abril de 2018, publicada no DOU - Seção II, de 02 de maio de 2018:

I - Onde se lê: "matrícula nº 27721", leia-se: " matrícula 28995".

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ****PORTARIA Nº 149, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

A PROCURADORA-CHEFE SUBSTITUTA DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ, no uso da atribuição conferida pelo disposto no art. 33, inciso VI, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e pelo disposto no art. 56, inciso VII, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 357, de 5 de maio de 2015, resolve:



1. Exonerar a servidora ADALGISA ABDON GONÇALVES, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula 5735, do Cargo em Comissão de Supervisor, CC 01, da Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas, da Procuradoria da República no Estado do Pará. 2. Nomear o servidor CARLOS RICARDO MOURA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula 29460, para exercer o Cargo em Comissão de Supervisor, CC 01, da Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas, da Procuradoria da República no Estado do Pará.

NAYANA FADUL DA SILVA

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO**

**PORTARIA Nº 272, DE 27 DE ABRIL DE 2018**

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, artigo 50 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria n.º SG/MPF n.º 382, de 05 de maio de 2015, resolve:

Exonerar, a partir de 02/05/2018, a servidora Camila Costa de Sousa, Matrícula nº 29661, do cargo em comissão de Assessor Nível II do GABPR3-MBM, CC-2, da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

THIAGO LACERDA NOBRE

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

**PROCURADORIA-GERAL**

**DIRETORIA-GERAL**

**PORTARIA Nº 698, DE 2 DE MAIO DE 2018**

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria DG-MPT nº 86, de 30 de março de 2016, e o que consta no PGEA/MPT nº 000220.2018.20.900/5, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 1º.5.2018, o servidor AFRANIO JORGE BARBOSA CAMPOS FILHO, matrícula 6008117, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, do cargo em comissão de Assessor Jurídico Nível IV do 1º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Itabaiana, código CC-4, da Procuradoria Regional do Trabalho 20ª Região/SE.

Art. 2º Exonerar, a contar de 1º.5.2018, o servidor DIEGO SILVA NUNES, matrícula 6006358, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, do cargo em comissão de Assessor Jurídico do 10º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/SE, código CC-4.

Art. 3º Nomear a servidora CRISTINA MARIA SAMPAIO DE ABREU FALCÃO, matrícula 6005763, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, para o cargo em comissão de Assessor Jurídico Nível IV do 7º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/SE, código CC-4.

Art. 4º Nomear o servidor IGOR CABRAL ALVES, matrícula 6007153, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, para o cargo em comissão de Assessor Jurídico Nível IV do 2º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Itabaiana, código CC-4, da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/SE.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO

**PORTARIA Nº 699, DE 2 DE MAIO DE 2018.**

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MPT-PGT nº 86, de 30 de março de 2016 e o que consta no PGEA/MPT nº 001806.2018.01.900/0, resolve:

Art. 1º Designar a servidora BRUNA COELHO DE GOES VICENTE BENTO, matrícula nº 6006678, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, para a função de confiança de Chefe da Seção de Apoio aos Ofícios, código FC-3, da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO

**RETIFICAÇÃO.**

Na Portaria nº 688, publicada no Diário Oficial da União nº 82, seção 02, de 27 de abril de 2018, ONDE SE LÊ: com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2013, LEIA-SE: com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.

**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

**PORTARIA Nº 206, DE 30 DE ABRIL DE 2018**

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto da Portaria PGT nº 673, de 24 de outubro de 2014, e Portaria PRT-1 nº 85, de 17 de março de 2015, resolve:

Art. 1º Designar o Procurador do Trabalho Vitor Borges da Silva para atuar, com acúmulo de atribuições, em substituição ao 3º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, pelo período de 07 de maio de 2018 a 15 de maio de 2018, em razão do referido Ofício encontrar-se temporariamente vago, seguido do período de trânsito do Membro titular, conforme Portaria PGT nº 516, de 06 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 67, página 63, de 09 de abril de 2018.

FABIO GOULART VILLELA

**RETIFICAÇÃO**

Na Portaria nº 139.2018, de 10 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 71, Seção 2, página 61, com circulação em 13 de abril de 2018:

Onde se lê: "Art. 1º ..., em razão do período de trânsito concedido ao titular, removido a pedido, ...".

Leia-se: "Art. 1º ..., em razão do referido Ofício encontrar-se temporariamente vago, ...".

**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO**

**PORTARIA Nº 47, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

O Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região/ES, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Portaria PGT n.º 1.457, de 29 de agosto de 2017, publicada no DOU, Seção 2, pag. 77, de 31 de agosto de 2017, e

CONSIDERANDO o disposto na Portaria PGT n.º 1.457, de 29 de agosto de 2017, que delegou competência aos procuradores-chefes para a prática de atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal, resolve:

Art. 1º - Designar a servidora MÁRCIA CRISTINA TUPINAMBÁ FREITAS CÉZAR, matrícula n.º 6008155-4, ocupante do cargo de analista do MPU/Direito, para o encargo de substituta da Chefe de Gabinete do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, código CC-01, no período de 02 a 11 de maio de 2018.

VALÉRIO SOARES HERINGER

**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**

**PORTARIA Nº 217, DE 30 DE ABRIL DE 2018**

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e pelo artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 290/PJGM, de 5 de dezembro de 2013, resolve:

Dispensar a Servidora MARIA ROSINEIDE LIMA, Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 1554-7, da Função de Confiança de Assistente Administrativo Nível II, Código FC-2 (69282), da Procuradoria de Justiça Militar em Manaus/AM.

GILBERTO BARROS SANTOS

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

**PORTARIAS DE 2 DE MAIO DE 2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 442 - Nomear a servidora RHAIVENNA ARAGAO CHMIELESKI, matrícula 5053-9, Analista do MPU/Apoio Técnico Especializado/Gestão Pública da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Competência da Secretaria de Educação Corporativa, código CC-02 (50030036), exonerando, em consequência, a servidora CLAURELIZIA APARECIDA DE SOUZA GARCIA ALMEIDA, matrícula 4070-3 (Tabularium nº 08191.044560/2018-15).

Nº 443 - Designar a servidora JULIANA DE BRITTO FERNANDES, matrícula 3846-6, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria II da 5ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código CC-02 (66001121), dispensando-a, em consequência, do encargo de substituta do cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria II da 6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da

Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código CC-02 (66001122) (Tabularium nº 08191.044258/2018-67).

Nº 444 - Art. 1º Designar a servidora TAIS GONCALVES PEREIRA, matrícula 5212-4, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Técnico I da 9ª Procuradoria de Justiça Cível das Procuradorias de Justiça, código FC-02 (60010078), exonerando-a, do cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria II da 3ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código CC-02 (66001108).

Art. 2º Designar a servidora TAIS GONCALVES PEREIRA, matrícula 5212-4, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Chefe de Gabinete de Procuradoria da 9ª Procuradoria de Justiça Cível das Procuradorias de Justiça, código CC-04 (60010098), dispensando, a contar de 22/3/2018, a servidora MARIA FERNANDA ROCHA ECKHARDT, matrícula 4735-0 (Tabularium nºs 08191.042594/2018-75 e 08191.042578/2018-82)

LEONARDO ROSCOE BESSA

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**SECRETARIA-GERAL**

**PORTARIA Nº 345, DE 30 DE ABRIL DE 2018**

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 75/PJG, de 19/1/2015, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PJG, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.042819/2018-93, resolve:

Designar, a contar de 2/5/2018, a servidora LUCIANA DE PINHO GUEDES, matrícula 1033-2, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Técnico I da Chefia de Gabinete da Coordenadoria do Gabinete do Coordenador Administrativo da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Sobradinho, código FC-02 (78001022), dispensando, a contar de 2/5/2018, a servidora GRACIENE BOTELHO DO NASCIMENTO, matrícula 4832-1.

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO

**Tribunal de Contas da União**

**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**DIRETORIA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL**

**PORTARIA Nº 130, DE 2 DE MAIO DE 2018**

O DIRETOR DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso I e II, do Art. 13 da Portaria nº 21, de 09 de fevereiro de 2018, do Secretário de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

Art.1º Designar JONAS MARCONDES DE LIRA, Matrícula 10165-6, AÚFC, para exercer, na Assessoria da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte/SEGECEX, a função de confiança de Assessor, código FC-3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÍCERO MEDEIROS DE ALENCAR

**Poder Legislativo**

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**ATOS DE 2 DE MAIO DE 2018**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a" do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, LEONARDO VENTURA TEIXEIRA, ponto nº 6551, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo - atribuição Técnica Legislativa, Classe Especial, Padrão 10, da função comissionada de Assistente de Gabinete, FC-1, do Gabinete do Segundo Vice-Presidente, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

DISPENSAR, de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, SHANA SCHLOTTFELDT SANTOS, ponto nº 7613, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Analista Legislativo - atribuição Técnico em Material e Patrimônio, Classe B, Padrão 07, da função comissionada de Chefe da Seção de Gestão de Processos, FC-1, do Núcleo Setorial de Gestão, da Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.